Universidade de Brasília
Especialização em políticas públicas, infância, juventude e diversidade

Trabalho de Conclusão de Curso

“Violência sexual envolvendo crianças e adolescentes: olhares da proteção e da responsabilização.”

Monica Daniele Maciel Ferreira
Matrícula 19/ 0022221

Orientadora: Dra. Tatiana Lionço

Brasília, Junho de 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso

"Violência sexual envolvendo crianças e adolescentes: olhares da proteção e da responsabilização."

Monica Daniele Maciel Ferreira

Orientadora: Profª. Dra. Tatiana Lionço

RESUMO

Trata-se de estudo das práticas discursivas sobre o fenômeno da violência sexual, por profissionais que realizam atendimento inicial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, e profissionais que executam medidas socioeducativas. Tal estudo será realizado sob a abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica, tendo como objetivo central revelar os tipos de representações discursivas que tais profissionais possuem acerca da adolescência, da sexualidade e do adolescente autor de violência sexual, de modo a apontar caminhos para a construção de estratégias educativas em socioeducação.

Palavras-chave: socioeducação; violência sexual; adolescência; sexualidade

SUMÁRIO

Justificativa.....pg. 2

Introdução.....pg.6

Método.....pg.11

Fundamentação Teórica.....pg.12

Pesquisa de Campo.....pg.16

Procedimentos metodológicos.....pg.16

Resultados e Análises.....pg.17

Adolescência.....pg.18

Sexualidade na adolescência e atendimento socioeducativo.....pg.20

O fenômeno da violência sexual sob prismas.....pg.29

Considerações Finais.....pg.38

Referências Bibliográficas.....pg.41

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....pg.45

Anexo II – Aceite Institucional para Subsecretaria do

Sistema Socioeducativo.....pg.47

Anexo III – Aceite Institucional para Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes/ Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.....pg.48

JUSTIFICATIVA

O interesse no tema da violência sexual se iniciou a partir do meu trabalho como assistente social no sistema socioeducativo do Distrito Federal (DF), especificamente no acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei cumprindo medidas socioeducativas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade). Neste âmbito, o trabalho de acompanhamento do adolescente é realizado a partir de atendimentos individuais ou em grupo na Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), com frequência semanal, quinzenal ou mensal, estando o adolescente em liberdade, vivendo em sua residência e participando da vida comunitária de sua localidade.

No sistema socioeducativo do DF, a intervenção profissional é orientada a partir das normativas vigentes – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990); Resolução SINASE (Resolução 109/ 2006 - CONANDA, 2006); SINASE – (Lei n. 12.594/ BRASIL, 2012); Fluxo de Atendimento em Meio Aberto (Portaria 384/2014 - GDF/2014); Projeto Político Pedagógico da Unidade (GDF/2013); Manual de Segurança, entre outras – e também através dos conhecimentos teórico-práticos acumulados por profissionais em suas experiências de trabalho e por meio de capacitações, estudos e leituras buscadas independentemente na maior parte das vezes, ou ofertada pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo esporadicamente. Isto é, apesar da existência de diretrizes básicas de atendimento, regulamentos para o funcionamento das unidades e organização administrativa do atendimento socioeducativo, não há protocolos ou metodologias de intervenção validados institucionalmente, nem mesmo considerando a especificidade de tipos de atos infracionais. Soma-se a esse contexto a constatação de que atos infracionais de natureza sexual constituem o terceiro tipo mais frequente na GEAMA Taguatinga/DF – unidade em que a pesquisadora esteve inserida até então. Diante disso, durante supervisão de estágio na referida unidade, iniciamos estudos sobre o fenômeno da violência sexual cometida por adolescentes, com vistas a melhor compreender o fenômeno e assim construir intervenções socioeducativas diante desta problemática.

Ao final do ano de 2018, os estudos sobre o fenômeno da violência sexual sob a perspectiva do adolescente em conflito com a lei foi interrompido para iniciar trabalho no Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, agora no atendimento inicial às

vítimas – crianças/ adolescentes – de violência sexual. Neste equipamento o trabalho é realizado por meio de um protocolo de atendimento que contempla a escuta especializada da vítima e o atendimento psicossocial da família, este último sendo guiado por formulário próprio.

A intenção de aprofundar os estudos sobre o fenômeno da violência sexual para construir metodologias de atendimento foi então colocada sob novo prisma: agora o da proteção. Desta forma, este estudo nasce primordialmente desta trajetória profissional entrecruzada, abrangendo experiência de intervenção na lógica da responsabilização de adolescentes autores de violência sexual mas também no acolhimento e reparação das vítimas de tais abusos. Nos dois espaços institucionais, percebeu-se inicialmente que há intervenções profissionais que carecem de referências teórico-metodológicas específicas, e que por isso acabam por ser informadas a partir de representações sociais e crenças pessoais acerca do fenômeno em tela. Tal estudo se justifica, portanto, pela necessidade de expor e problematizar estas referências, com vistas a revelar as principais dificuldades de profissionais para lidar com o tema. Ainda, faz-se necessário superar o viés punitivista, na direção da construção de estratégias educativas que promovam a possibilidade de ressignificação da sexualidade, tanto para adolescentes que cometeram atos de violência sexual, quanto para aqueles que foram violados por terceiros.

Ademais, constata-se que existem poucos estudos que privilegiam o processo de intervenção sob este polêmico e complexo fenômeno. Sabe-se que a sexualidade humana é, de modo geral, marcada por tabus baseados em perspectivas morais e religiosas que poderão influenciar a intervenção profissional, causando danos ao princípio de laicidade das ações públicas, especificamente no que tange à atuação profissional. Neste sentido, dimensionar a interferência de representações sociais pautadas em fundamentalismos religiosos e saberes do senso comum na intervenção profissional significa dar luz à possibilidade de construir intervenções éticas, técnicas e efetivas, sendo, portanto, o diferencial deste trabalho.

Para tanto, foram realizadas oito entrevistas em profundidade e um grupo focal com servidores/as do sistema socioeducativo do DF e do serviço de proteção à crianças e adolescentes vítimas de violência sexual - Centro de Atendimento Integrado 18 de

Maio - e os dados gerados/ coletados foram analisados à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC)

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe discutir aspectos da violência sexual envolvendo adolescentes. O problema de pesquisa consiste em identificar características das intervenções profissionais realizadas por meio de políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais, mas também os atendimentos prestados a adolescentes a quem se atribuem autoria de violência sexual. Neste sentido, buscou-se investigar como o fenômeno da violência sexual é percebido e tratado por profissionais que atendem crianças/ adolescentes vítimas deste tipo de violência – sob a modalidade de atendimento inicial do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio (Brasília/ DF); bem como pelos profissionais no âmbito da responsabilização de adolescentes, isto é, profissionais que executam medidas socioeducativas para adolescentes a quem se atribui autoria de violência sexual no DF.

A legislação brasileira considera como violência sexual os casos de: assédio; estupro; pornografia infantil e exploração sexual; abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas; pedofilia; voyeurismo; manuseio; penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada; exposição coercitiva/ constrangedora a atos libidinosos (exibicionismo; masturbação; linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo ou material pornográfico); atos que mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento impeçam o uso de método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez e ao aborto; e atos que limitem ou anulem a autonomia e o exercício dos direitos sexuais/ reprodutivos de qualquer pessoa. O Código Penal brasileiro tipifica tais condutas como crime a partir do Título VI, intitulado *Dos crimes contra a dignidade sexual*.[1] (BRASIL, 2009)

No que tange ao enfrentamento à violência sexual, o foco está primordialmente em duas frentes: responsabilização penal do agressor, a partir dos sistemas jurídicos

[1] Até 2009, o Título VI era nomeado "Dos crimes contra os costumes" - nomenclatura alterada pela Lei 12.015 de 07/09/2009. Tal alteração reflete uma mudança paradigmática da percepção acerca da sexualidade como direito humano. Importante ressaltar outras duas modificações trazidas pela Lei 12.015/ 2009: 1. ampliação da noção de estupro, que se constitui a partir dessa nova tipificação não apenas pelo constrangimento à prática de conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça, mas ainda pelo ato de constranger a vítima a praticar ou permitir que com ela se pratique atos libidinosos diversos da conjunção carnal - o que antes da Lei 12.015/09, era considerado delito de atentado violento ao pudor; 2. a extinção da necessidade de caracterização da presunção da violência para conjunção carnal ou atos libidinosos cometidos contra menores de 14 anos, isto é, agora, basta considerar o critério da idade - menor de 14 anos - para tipificar o crime como estupro de vulnerável, não mais havendo possibilidade de discussão do consentimento nestes casos.

penal e socioeducativo; e atendimento à vítima, a partir de programas na área de saúde e assistência social. Entretanto, o *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* (BRASIL, 2013), o qual visa oferecer diretrizes metodológicas para a estruturação de políticas públicas, programas e serviços para o enfrentamento da violência sexual, está centrado no atendimento à vítima, não apresentando proposta consistente de atendimento especializado para adolescentes autores de violência sexual. O plano prevê ações preventivas, reduzidas ainda à lógica de campanhas, principalmente no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 18 de Maio, instituído no ano 2001[2] – e tímidas ações educacionais relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos.

Especificamente em relação ao atendimento à vítima, existem diversos programas nas áreas de saúde e de assistência social, que também se baseiam nas definições: do *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (*BRASIL, 2013); da *Lei do Depoimento sem Dano* (Lei nº 13.431/ 2017), bem como das políticas, planos e programas aprovados nos âmbitos estaduais, municipais e do Distrito Federal. Para ilustrar, só no âmbito da saúde, a análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (Boletim Epidemiológico 27, volume 49 – Secretaria de Vigilância em Saúde – MS, Junho/ (BRASIL, 2018), abrangendo dados públicos produzidos entre os anos 2011 e 2017, identificou 772 serviços cadastrados no país a partir do código "serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual"; 239 "serviços de referência para atenção integral à violência sexual"de natureza de urgência/ emergência; 456 "serviços de atenção ambulatorial às pessoas em situação de violência sexual"; e 85 "serviços de interrupção legal da gravidez".

No Distrito Federal, existe ainda o Programa de Pesquisa, Assistência e Prevenção à Violência – PAV (GDF, 2012) da rede pública de saúde, que oferta atendimento biopsicossocial interdisciplinar às vítimas de violências, inclusive para as vítimas de violência sexual. O PAV possui ainda dois pólos de atendimento aos autores de violência sexual, sendo um para adultos e outro para crianças e adolescentes, o qual

[2] O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi sancionado no ano 2000, em alusão ao "Caso Araceli": a criança Araceli Crespo, de oito anos, desapareceu no dia 18 de Maio de 1973, e foi encontrada por uma criança dias depois morta num terreno em Vitória/ ES. Araceli foi drogada, espancada, estuprada e desfigurada por ácido corrosivo, e os suspeitos do crime nunca foram penalizados.

não possui vinculação institucional com o processo de responsabilização socioeducativo[3].

Em Maio de 2018 foi instituída a *Política Intersetorial de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes*, por meio do Decreto Distrital nº 39.087/2018 (GDF, 2018), com o objetivo de integrar as ações dos diversos órgãos e das entidades da sociedade civil, de modo a fortalecer e tornar mais efetivo, com a participação social, a construção de estratégias para o atendimento à vítima, a prevenção da violência sexual, e o processo de responsabilização de adolescentes autores de violência sexual. Além disso, a integração do atendimento à criança e adolescente vítima de violência sexual foi também normatizada em 2013, com a publicação do Decreto Distrital nº 34.517/ 2013 (GDF, 2013) que instituiu o *Centro de Atendimento Integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual* para realizar o atendimento inicial no DF, hoje sob a alcunha de *Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio*. Apesar de instituído legalmente em meados do ano 2013, o referido equipamento só foi inaugurado em Outubro de 2016, tendo iniciado atendimentos ao público a partir de Janeiro de 2017.

Já no sistema socioeducativo, não há regulamentação ou diretriz para o acompanhamento de adolescentes a quem se atribua autoria de violência sexual, ou seja, não existe protocolo ou documento oficial que oriente teórico-metodologicamente as práticas e as concepções sobre o sentido e características do processo de acompanhamento socioeducativo diante deste tipo específico de infração. À título de exemplo, no âmbito das unidades de internação do DF, há uma prática institucionalizada não formal de colocar o/a adolescente sentenciado/a por violência sexual numa área específica em separado, alegando-se a necessidade da proteção da sua integridade física. Pode-se inferir que submeter adolescentes autores/as de violência sexual à condição de isolamento ou de privação de sociabilidade é uma prática punitiva baseada na ideia de que tal sujeito precisa ser apartado do convívio social por apresentar risco de dano a outrem. Esse/a adolescente, portanto, é mais penalizado devido às restrições relativas ao convívio social dentro da unidade a que são submetidos, pois a medida socioeducativa, que seria a transposição da lógica punitiva em intervenção

[3] Necessário mencionar que o estudo em tela não abarcou levantamento de informações ou pesquisas neste serviço, devido à inexistência de articulação formal com o atendimento socioeducativo - objeto central de interesse deste estudo.

social e educativa, retorna explicitamente à lógica da culpabilização e da consequente punição, ainda que não justificada segundo as normas oficiais de regulação da proteção de direitos de adolescentes. Neste estudo, também se busca diferenciar práticas de responsabilização de práticas punitivistas, considerando que também adolescentes autores/as de violência sexual são sujeitos de direitos.

Diante deste contexto de recente estruturação do atendimento às crianças/ adolescentes vítimas de violência sexual, e de ausência de atenção especializada ao/a adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional de natureza sexual no âmbito do sistema socioeducativo, esta pesquisa busca identificar a partir de quais representações sociais e referenciais epistêmicos os/as profissionais constroem suas intervenções com os sujeitos envolvidos. Isto é, quais as percepções pessoais, referências teórico-metodológicas e paradigmas que orientam as práticas de intervenção dos/as profissionais do Estado que lidam diretamente com o fenômeno da violência sexual. Ainda, o estudo intenta compreender como valores morais baseados em crenças religiosas determinam a característica das intervenções de profissionais, considerando outros fundamentos para suas concepções sobre sexualidade e violência para além dos marcos instituídos por meio de legislações e outros atos normativos, bem como das diretrizes estabelecidas por meio de políticas públicas.

Desta forma, o **objetivo geral** deste trabalho é captar o campo semiótico de compreensão dos fenômenos que influenciam como os/as profissionais lêem e intervém na problemática da violência sexual. A partir deste intento, constituem-se os **objetivos específicos** deste estudo: identificar as concepções acerca de sexualidade e adolescência a partir das narrativas dos sujeitos de pesquisa; evidenciar as formas de pensamento de matriz moral e religiosa presentes nas narrativas e seus desdobramentos para as intervenções; realizar levantamento de estratégias e metodologias de intervenção utilizadas, bem como de seus objetivos declarados; verificar existência de padrões de intervenção compartilhados entre os/as profissionais no mesmo espaço institucional; e identificar semelhanças e diferenças acerca das representações sociais, parâmetros de moralidade e práticas profissionais no que tange à violência sexual entre os dois espaços institucionais analisados.

Tais objetivos visam responder às seguintes **questões de partida**: qual o olhar que os/as profissionais da proteção e os/as profissionais da responsabilização têm sobre

o fenômeno da sexualidade infantil e adolescente, incluindo a violência sexual cometida ou sofrida por crianças e adolescentes? Como estes/as profissionais percebem o fenômeno e constroem intervenções para lidar com a questão? Qual a incidência de padrões de moralidade religiosos na compreensão do fenômeno e nas intervenções? No âmbito da proteção (C18M), o que os/as profissionais consideram o foco da intervenção? No âmbito da responsabilização, o que se busca no processo de acompanhamento socioeducativo? Os olhares de ambos espaços institucionais se aproximam e se distanciam em quais pontos? Existem metodologias ou protocolos específicos de atendimento em cada âmbito de intervenção? Quais os problemas éticos da intervenção profissional?

MÉTODO

Este trabalho constitui-se como uma pesquisa qualitativa, de base pós-estruturalista, e adotou como procedimentos entrevistas semi-estruturadas e grupo focal. Diz-se qualitativa visto que a finalidade deste estudo é explorar o repertório de opiniões, isto é, os diferentes pontos de vista e a variedade de representações sobre o fenômeno da violência sexual que possuem os profissionais dos espaços institucionais já mencionados. Segue, portanto, a corrente filosófica pós-estruturalista de análise da linguagem e das formas simbólicas, que permite questionar verdades impostas lançando luz nas relações de poder e explicitando as dimensões subjetivas para pensar opressões estruturais para além da dimensão macropolítica, e neste sentido, apreender o caráter relacional e o poder da discursividade para os estudos da sexualidade, isto é, entendendo-a como uma prática discursiva e não uma verdade essencial.

Neste sentido, o estudo está alicerçado sobre o enfoque teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC): trata-se de uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar de estudo da linguagem e, onde o texto - discurso - é o principal material de pesquisa. Esta perspectiva metodológica tem como referência o linguista britânico Norman Fairclough a partir do desenvolvimento da sua Teoria Social do Discurso. Esta abordagem está fundamentada em conceitos da linguística e das ciências sociais, e em estudos sobre poder e discursos. De acordo com esta perspectiva, o discurso é entendido como um momento das práticas sociais, isto é, a linguagem é um elemento da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais (Fairclough, 2003a apud Resende, 2006), sendo a ADC um caminho de mapeamento das relações entre os recursos linguísticos utilizados e as práticas sociais.

Dito de outro modo, a ADC é uma perspectiva que permite desvendar como estruturas linguísticas são utilizadas como maneiras específicas de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, e, portanto, como a linguagem pode funcionar como mecanismo de dominação e de subalternização, ou em outra medida também como um recurso estratégico contra-hegemônico. A perspectiva aqui adotada aparece como importante ferramenta para a apreensão do fenômeno da violência sexual sob o viés qualitativo, relacionando as práticas profissionais no âmbito das instituições socioeducativas e de proteção de adolescentes vitimado/as às interações linguísticas e semióticas existentes em torno da violência sexual.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência sexual é, hoje, questão estudada por várias áreas das ciências sociais e psicológicas, sob vieses culturais e individualizantes, constituindo-se um complexo fenômeno que perpassa os contextos público e privado e atinge todas as classes sociais. Pode-se afirmar que é mais frequente do que os dados públicos informam, visto ser um fenômeno permeado por segredos e tabus e, portanto, pouco visibilizado e nem sempre denunciado. O estudo em questão está fundamentado em perspectivas sócio-histórico-culturais que evidenciam as relações de poder, as discursividades e os aspectos socioculturais que perpassam o referido fenômeno.

Michel Foucault (1977, 1979, 1984, 1987) realizou diversos estudos sobre as ordens do discurso, os dispositivos de poder, e especialmente sobre (o dispositivo d)a sexualidade, os quais servem de base para a análise da produção discursiva em torno do sexo. A importância destes estudos reside no desenvolvimento da noção do sexo como um fato discursivo, isto é, no resgate histórico da sexualidade como alvo de esquadrinhamento a partir do final do século XVI, culminando no século XVIII como o centro dos problemas políticos e econômicos da população; no século XIX como a grande tecnologia de poder de controle dos corpos; e da modernidade até a atualidade, ainda permanentemente suscitado como foco de disputa política, ou seja, como mecanismo de poder.

Nesta linha de compreensão, os discursos científicos, religiosos, pedagógicos, jurídicos - entre outros - se revelam muitas vezes como normatizadores e reguladores dos corpos e das relações sociais, ou seja, como mecanismos de correção e/ ou punição, na contramão do favorecimento dos processos de responsabilização e ressignificação da conduta infracional no âmbito da cultura socioeducativa - *lócus* de interesse deste estudo.

De acordo com Souza (2012), a cultura socioeducativa é entendida como um conjunto de signos relativos à justiça juvenil e à adolescência, ou seja, crenças, valores e concepções mais ou menos compartilhados entre os atores da comunidade socioeducativa - esta formada pelos/as profissionais das instituições de execução de medidas socioeducativas, os/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares, os atores do sistema de justiça e do sistema de garantia de direitos.

Por conseguinte, a primeira categoria a ser cooptada para a análise da produção discursiva refere-se à adolescência, a qual é, muitas vezes, compreendida sob o viés da psicologia do desenvolvimento moderna, cuja construção de delimitação do conceito baseou-se na busca por regularidades e características comuns entre indivíduos que estão entre a infância e a vida adulta, e na definição de comportamentos esperados, isto é, normais e saudáveis, e outros indesejáveis, ou seja, transgressivos e doentes. A perspectiva moderna de adolescência faz uma associação entre crise e adolescência, colocando-a como uma espécie de moratória e, desta forma, constrói representações estereotipadas da adolescência como uma fase negativa e problemática, marcada por comportamentos rebeldes e instáveis, e neste sentido, impregnada de concepções de cunho normativo, dualista e etiológico, corroborando com uma visão pejorativa e restrita da adolescência (RODRIGUES, 2017).

Percebe-se no cotidiano profissional que construções sociais negativas sobre a adolescência, informadas pela perspectiva moderna de adolescência acima citada, combinada com matrizes de senso comum e representações classistas e racistas, recaem ainda mais fortemente sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: eles/as são vistos como imaturos/as, predispostos/as à rebeldia, à violência e à infração, especialmente se pertencem às classes desfavorecidas socioeconomicamente, e mais vulneráveis à influência negativa dos grupos. Seguindo essa lógica, como forma de prevenção à violência, eles/as devem ser alvo de ações mais severas de repressão e controle. Este quadro serve para mostrar como "as representações sociais sobre a adolescência (baseadas em discursos cotidianos e científicos) podem tomar lugar dos adolescentes concretos e justificar sua criminalização." (RODRIGUES, 2017, p. 63).

Como se depreende, este não é o entendimento aqui referenciado, o qual se aproxima das perspectivas culturalistas, que compreendem a adolescência como um fenômeno cultural, rompendo com a noção universalizante e estereotipada do desenvolvimento humano. Este estudo, então, partiu dos aportes históricos-culturais de adolescência, que privilegiam a natureza relacional e contextual dos processos de constituição do sujeito adolescente ao longo de sua vida, de modo a pautar criticamente as análises em torno das representações discursivas encontradas na pesquisa. Isto porque acredita-se que as ações socioeducativas devem se guiar pela busca de construção de novas zonas de sentido e possibilidades com o adolescente, e isso só é possível considerando a complexidade da realidade de vida dos sujeitos, realidade esta que é

constituída e se constitui na relação do/a adolescente com o ambiente e com a sociedade (OZELLA, 2002; ARAÚJO & LOPES de OLIVEIRA, 2010; RODRIGUES, 2017).

Desta feita, compreende-se a infração juvenil de natureza sexual como uma expressão da violência constitutiva da trama cultural construída pela sociedade, perpassada por relações desiguais de poder marcadamente patriarcais e machistas, adultocêntricas, punitivistas e conservadoras.

É significativo perceber, conforme Ventura e Corrêa (2006) que apesar do reconhecimento formal das crianças e adolescentes como portadores de direitos próprios, autônomos e livres, instrumentos legais nacionais e documentos internacionais específicos da infância e adolescência, como o ECA e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, interpelam os aspectos da sexualidade primordialmente a partir de questões como abuso e exploração sexual. De acordo com as autoras, este cenário, combinado a uma percepção de parte da população de que assuntos ligados à sexualidade não devem ser tratados antes dos 18 anos de idade sem a anuência dos responsáveis legais, desincentivam intervenções educativas e de promoção de saúde sobre a sexualidade na adolescência, contribuindo fortemente para a reprodução da violência sexual.

Esta conjuntura desfavorável em torno do tema da sexualidade na adolescência vai de encontro com outro ponto de tensão trabalhado neste estudo: a incidência do fundamentalismo cristão nas políticas públicas e nos variados espectros das relações sociais no Brasil. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2014), não se trata de um fenômeno novo a religião aparecer como elemento constitutivo da vida pública – "(...) Basta … recordar o papel do catolicismo na expansão colonial européia ou o papel do Islã na conquista da Pérsia (633-656) e do Império Otomano (1299-1922)" (p.36) –, sendo que na atualidade ela se caracteriza como um fenômeno global de relevância crescente, em que os valores do cristianismo são impostos como universais. Grupos que reivindicam a incorporação de fundamentos cristãos às bases da regulação da vida em sociedade, especialmente os neopentecostais/ protestantes, têm apontado duras críticas e questionamentos a alguns valores seculares da sociedade moderna no que tange à família, relações de gênero e questões em torno da sexualidade, principalmente. Os discursos engendrados por esses grupos afirmam que a sociedade moderna liberalizou a família, a educação e o aborto, posicionando-se na direção oposta aos valores cristãos, cabendo-lhes, portanto, a missão de restaurar "a unidade familiar, a autoridade parental e o clima de autoridade tradicional" (FALWELL, 1908, p. 136 apud SANTOS, 2014, p.

70), isto é, fortalecer as relações desiguais de gênero favorecedoras do domínio masculino.

Estes são alguns exemplos da narrativa religiosa que perpassam as visões de mundo de muitos brasileiros - e consequentemente, de profissionais do Estado - e de políticos fundamentalistas religiosos, que hoje representam a segunda maior bancada do Congresso Nacional. O que isto tem a ver com as práticas institucionais no âmbito do sistema socioeducativo relaciona-se com os discursos em disputa neste campo, sobre aspectos constitutivos do fenômeno da violência sexual, como questões acerca da sexualidade, gênero e violência/ delito. Tal disputa tem como pano de fundo a intenção de tomada de poder para a manutenção da "ordem patriarcal de gênero" (SAFFIOTI, 2004, p.31), e de negação de direitos relativos à sexualidade, por exemplo. Segundo Lionço (2015), o fundamentalismo religioso no Brasil reflete primordialmente retrocessos no âmbito democrático e político, apontando para o acirramento do Estado Penal.

A arena política brasileira encontra-se nos dias de hoje, fortemente marcada pela emergência de forças políticas neoconservadoras, constituídas pela "nova direita cristã" - grupo organizado de fundamentalistas religiosos - e pelos neoliberais, as quais, no que diz respeito às medidas de enfrentamento à violência sexual e demais crimes, postulam punições cada vez mais rigorosas e novos arranjos políticos contrários a respostas reabilitadoras ou ressocializadoras (RODRIGUES, 2016). Assim, exige respostas estatais instantâneas ao fenômeno da criminalidade, desconsiderando os processos de criminalização e desprivilegiando ações preventivas que pesam sobre as relações sociais, culturais, econômicas e subjetivas. Desta forma, os discursos religioso e punitivista se fundem para acionar dispositivos de controle e dominação/ subalternização de sujeitos pertencentes a grupos específicos, podendo estar incorporados implícita ou explicitamente nas práticas discursivas e institucionais constituintes do sistema socioeducativo.

PESQUISA DE CAMPO

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de compreender detalhadamente crenças, valores, atitudes e motivações em relação ao acompanhamento do/a adolescente autor/a de ato infracional, e em relação ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada individual contendo entre seis e nove perguntas, com um total de oito profissionais dos cargos de psicólogo/a, assistente social e pedagogo/a do sistema socioeducativo e do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio. A seleção dos/as entrevistados/as se deu após a apresentação do projeto de pesquisa em unidades do sistema socioeducativo e no Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, a partir da adesão voluntária de servidores/as. As entrevistas foram gravadas em áudio e depois completamente transcritas pela pesquisadora. Pode-se afirmar que a técnica de entrevista semiestruturada permitiu constituir o ponto de partida para a construção de esquemas interpretativos acerca da referida problemática.

Utilizou-se também a técnica de grupo focal contendo sete questões de direcionamento, com oito profissionais dos cargos de psicólogo/a, assistente social, pedagogo/a e agente socioeducativo, de uma unidade socioeducativa de execução de medidas de meio aberto, de modo a captar e incentivar a partilha de referências teórico-metodológicas do assunto, ou seja, não só analisar os interesses e divergências do grupo, mas fornecer critérios para a construção de consensos sobre os vários aspectos que envolvem o fenômeno da violência sexual. A escolha pela técnica de grupo focal justifica-se pois, o/a moderador/a - o/a entrevistador/a que faz a mediação entre os/as participantes - exerce a função de catalisador da interação social, isto é, da comunicação entre os/as participantes, criando um momento em que os indivíduos estejam mais propensos a acolher novas ideias e explorar suas implicações, neste sentido, de acordo com Gaskell (2008, p.75), o grupo é um exemplo de unidade social mínima em operação. O grupo focal também foi gravado em áudio e transcrito em sua totalidade pela pesquisadora.

Além disso, durante a execução da pesquisa foram utilizadas anotações de campo sobre reações dos/as entrevistados/as às perguntas do questionário e observações pessoais da pesquisadora, tendo em vista o aprimoramento dos instrumentais de coleta e geração de dados. Também criou-se uma caixa secreta que coletou dúvidas e perguntas

de servidores/as de várias unidades do sistema socioeducativo - servidores/as que trabalham em unidades de meio aberto, internação e semiliberdade - sobre o tema sexualidade.

Cabe ressaltar ainda que, apesar das entrevistas individuais e grupo focal terem sido realizadas somente com servidores/as que estavam trabalhando nas unidades de meio aberto e no Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, a pesquisa não se restringe ao domínio das medidas socioeducativas de PSC e LA, posto que os/as servidores/as participantes - inclusive os/as do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio - integram a carreira socieoducativa do DF, portanto, muitos/as deles/as já trabalharam em outras unidades/ medidas socioeducativas, trazendo percepções e anseios gerais do universo socioeducativo.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UnB (CEP/CHS), tendo sido aprovado e a pesquisa de campo apenas iniciada após a tramitação e aprovação ética, segundo o processo 22758919.0.0000.5540.

Resultados e Análise

No processo de codificação e sistematização dos dados gerados/coletados, foram traçados inicialmente cinco eixos de delimitação temática, a saber: a. adolescência; b. sexualidade; c. atendimento socioeducativo & sexualidade; d. violência sexual, e e. formação profissional. Estes eixos centrais se desdobraram em outras categorias como sexualidade na infância; sexualidade na adolescência; condições ideais para a prática da sexualidade; diferenças de vivências da sexualidade entre profissionais do sistema socioeducativo e socioeducandos/as; o tema da sexualidade no atendimento socioeducativo; adolescentes autores/as de violência sexual; e prevenção da reincidência da violência sexual, entre outros temas não abordados neste estudo.

Após, os dados foram analisados à luz da ADC, sendo cada trecho de transcrição correspondente aos referidos eixos/ categorias, e tendo como base os seguintes parâmetros de análise: i. temas centrais nas falas e interdiscursividade; ii. intertextualidade; iii. representação de atores sociais; e iv. estratégias típicas de construção simbólica.

A seguir serão apresentados os resultados da análise das entrevistas e do grupo focal a partir dos eixos e categorias temáticas mencionadas, quando possível[4] assinalando as proximidades e distâncias das concepções e representações de profissionais que trabalham com o atendimento protetivo à vítima e profissionais da socioeducação.

Adolescência

A maior parte dos/as servidores/as dos dois espaços institucionais abarcados aqui conceituou a adolescência por ideias como: fase de transição para a vida adulta; fase especial do desenvolvimento humano; e fase de indefinição em que não se é criança e não se é adulto. Ainda, este período da vida como sendo perpassado por descobertas; vivências de novos sentimentos; e aprendizado de novas experiências; e permeado por confusões; mudanças físicas, comportamentais e sociais como o distanciamento familiar e ampliação da sociabilidade podendo resultar em contextos de riscos, conforme trechos:

> "Adolescência é um período da vida...um momento de transição entre a infância e a vida adulta, que ela passa por um momento um pouco de certo distanciamento da família, que seria o núcleo inicial ali, e começa a se aproximar da sociedade mais ampla, o que conta com vários riscos né?" (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Adolescência eu compreendo como um período da vida de desenvolvimento, de formação do ser humano." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> "Um período ali que você tá entre criança... não é criança, não é adulto, então você tá vivenciando novos sentimentos, mudanças físicas... você não tá mais tão dependente dos seus pais ou de outros familiares, ou da comunidade pra fazer as coisas, pra pegar um ônibus, viajar. Então é um período que você começa ali a se responsabilizar também pelos seus atos né." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) é uma fase especialmente onde o cérebro tá crescendo, o corpo tá crescendo, hormônios, processos de aprendizagem eu acho que são um pouco mais intensos aí." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Uma etapa em que a pessoa passa por uma transformação de uma fase em que ela era totalmente dependente dos pais, totalmente vinculada aos pais, para um outro momento em que o corpo dela tá mudando, em que

[4] "Quando possível" tendo em vista que existiram algumas questões específicas para cada âmbito da política pública (proteção/ responsabilização), e as questões trabalhadas no grupo focal, que foi realizado apenas no âmbito da responsabilização.

> ela começa a frequentar outros espaços, a descobrir outras coisas que ela gosta.” (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

Destaque para a compreensão de um/a servidor/a do serviço de proteção à vítima acerca da adolescência como um conceito construído, histórico e culturalmente situado, e ainda como uma forma de classificação de cunho biológico de etapas do desenvolvimento humano, conforme segue:

> “(...) a palavra adolescente pra mim é um conceito construído, histórico, social. Nem sempre existiu esse conceito, e ele não é igual... dentro do próprio país, no Brasil existem vários jeitos de ser adolescente... vai depender muito do que é daquele momento, daquela cultura. E hoje, aqui, o que eu percebo a gente ainda vai muito numa... como a gente denominou a infância, a vida adulta, a gente denomina as pessoas em estágio às vezes, pra classificações, enfim. É um momento que faz parte do desenvolvimento humano que como outro está em processo de aprendizagem, de desenvolvimento sobre si mesmo, sobre o mundo, sobre o outro. E ela começou a existir, eu acho, só pra gente poder classificar né...” (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

Tal percepção coaduna com uma perspectiva sócio-cultural de adolescência, que dentre as falas dos/as profissionais foi exceção. Além disso, apenas uma servidora da socioeducação utilizou o recurso da intertextualidade, isto é, citou explicitamente referências epistêmicas para construção de sua concepção de adolescência, ao se referir à distinção entre o ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança na definição etária de criança.

Percebeu-se presente o recurso da interdiscursividade em cooperação, ou seja, presença do discurso de valoração positiva da família e do discurso de valoração negativa da sociedade ampliada/comunidade cooperando entre si para legitimar ideologias que naturalizam a adolescência como uma fase de maior exposição a riscos. Neste sentido afirmam a família como espaço inerentemente protetivo e a sociedade mais ampla/ comunidade como não protetiva e constitutiva de contextos de vulnerabilidade. Importante mencionar a contradição aí presente tendo em vista, por exemplo, que em relação ao fenômeno da violência sexual, a família é o lugar de maior vulnerabilidade para essa violação.

Também surgiram afirmações sobre a capacidade do adolescente de se responsabilizar por seus próprios atos estando relacionada ao desenvolvimento da independência do adolescente em relação à família e à comunidade em algumas atividades da vida diária, como pegar ônibus e viajar; e a ideia reificada de que a confusão é uma característica da adolescência. Além disso, deduz-se que as referências às mudanças físicas e corporais citadas dizem respeito à puberdade, apesar desta palavra não ter sido mencionada em nenhuma fala deste assunto.

Por último, sobre a representação de atores sociais, constatou-se que o adolescente tem sua agência enfatizada em relação às ações de distanciamento da família, e por outro lado tem sua agência ofuscada no que tange aos seus próprios processos biológicos levando à constatação da contradição das ideias de que as alterações biológicas do período resultam em comportamentos, sentimentos e atitudes que estão fora do controle dos próprios sujeitos adolescentes, e ao mesmo tempo o adolescente age distanciando-se da família. Já a família tem sua agência ofuscada no que se refere ao controle do/a adolescente, bem como o Estado que sequer é citado nas falas, assim sendo ignorado como ator de proteção e garantia no processo de desenvolvimento dos adolescentes.

Sexualidade na adolescência e atendimento socioeducativo

Trata-se de um dos eixos centrais desta pesquisa, que, conforme já dito, se prolongou em questões mais específicas desde o exercício da sexualidade na adolescência até como o tema da sexualidade é tratado no acompanhamento socioeducativo, passando por questões como condições ideais para o exercício da sexualidade na adolescência.

Sobre sexualidade na adolescência, servidores da proteção e da responsabilização afirmaram ser momento de maior percepção e consciência de sensações e desejos em comparação à infância, marcado por experimentações e descobertas, e também pela definição da orientação sexual.

No âmbito socioeducativo surgiram falas que apontam para um discurso biologizante da sexualidade na adolescência, tendo em vista o foco dado ao desenvolvimento da sexualidade no referido período como sendo direcionado aos órgãos genitais, e à associação do período da puberdade com o início das práticas

sexuais na adolescência. Dito de outro modo, o argumento aqui citado não nega a existência de relações entre a puberdade e a ocorrência de relações sexuais na adolescência, mas sinaliza para uma abordagem que enfatiza a fase (puberdade) e os fatores biológicos nas representações sobre o exercício da sexualidade na adolescência. Exemplos:

> "(...) na adolescência já se torna essa outra sexualidade mais direcionada para a genitalidade... o adolescente também está descobrindo muita coisa ali, ele tá descobrindo uma potência de um corpo que ele tem capaz de usar pra determinadas coisas, capaz de usar pra é, enfim, pra ter a relação sexual né." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) então eu acho que na adolescência isso aflora, essa questão dos hormônios..." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Na adolescência eu acredito que já tem um desenvolvimento maior, inclusive é um momento em que a sexualidade tá mais proeminente, que ela vai se definir naquela fase, tanto em relação até de orientação sexual... como uma coisa natural que tá em desenvolvimento, não tá completamente formada..." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Um momento natural né... que a pessoa tá crescendo, tem a puberdade, um momento hormonal que a pessoa se torna capaz de ter uma relação sexual. É neste sentido que eu vejo o exercício da sexualidade naqueles primórdios, pelo menos da sexualidade genital." (servidor/a do sistema socioeducativo)

Além do enfoque dado ao viés biológico, apareceram citações sobre fatores sociais que permeiam o exercício da sexualidade pelos/as adolescentes, por exemplo as vivências afetivas, e situações de vulnerabilidades e riscos, mas ainda associados à aspectos naturalizantes da adolescência e sexualidade. A lógica exposta pelos/as servidores/as segue no sentido de que, dado o fato da sexualidade na adolescência ser um tabu na nossa sociedade, isso acarretaria em prejuízos como não utilização de métodos preventivos e a erotização precoce de meninas. Estas ideias podem ser depreendidas nos trechos:

> "(...) aí já começa a ter as primeiras experiências amorosas, de por quem se atrai, não necessariamente o ato sexual... um passo a mais aí de entender os seus afetos, às vezes se inicia a vida sexual nessa época. Também afetos vai depender do contexto de cada adolescente..." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) é um momento de descoberta considerando isso tudo aí. É um momento difícil né... A pessoa vai penar ali e pode botar os pés pelas mãos nessa descoberta dessa sexualidade dele, desse exercício da sexualidade... Aí é dos riscos da adolescência... adolescência enquanto momento de descoberta ela conta com esses riscos e aí a pessoa talvez, às vezes, em diversos sentidos pode não tão orientado ou uma série de coisas... ela pode acabar até cometendo esse ato de violência sexual." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) e a coisa continua sendo um tabu, a discussão da sexualidade. E aí a gente vive numa sociedade machista. Crianças, principalmente meninas, são sexualizadas muito cedo né. Então eu acho que na adolescência esse tabu gera diversas consequências, como por exemplo, não tomar cuidados preventivos para prevenir doenças sexualmente transmissíveis ou uma gravidez indesejada." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) mas a gente não pode desconsiderar que existem coisas que influenciam o modo como a gente vai se portar na sociedade... Inclusive porque a gente não é tão livre assim, existem normas na sociedade, existe também toda uma estrutura social que vai permear a escolha e a decisão daquele ser humano diante do outro, então eu acho que é natural (o exercício da sexualidade na adolescência) até certo ponto né, quando a gente pensa na questão biológica." (servidor/a do sistema socioeducativo)

No contexto do serviço de proteção, a totalidade das falas dos/as entrevistados/as se aproxima de um discurso crítico sobre sexualidade, concentrando-se em problematizações sócio-políticas e culturais acerca do exercício da sexualidade na adolescência. Nesta lógica, foram relatados fatores sobre o não reconhecimento da sexualidade na adolescência como um direito, o que a coloca como alvo de controle e cerceamento, principalmente na atual conjuntura em que a política governamental é guiada por uma ideologia de defesa da abstinência sexual para adolescentes como forma de controle de natalidade e prevenção de IST's. Ainda, foram ressaltadas a defesa da educação sexual nos espaços institucionais como escola – entre outros – e a crítica de como a sociedade entende esta defesa como uma forma de incentivo à prática sexual pelos/as adolescentes – que é indesejada socialmente; e as dificuldades de profissionais para abordar a temática em suas intervenções, de modo que a falta de contextos seguros para disseminar conhecimento, conversar e tirar dúvidas sobre sexualidade tem gerado graves danos pessoais e sociais. Seguem trechos:

> "(...) as pessoas ainda se chocam muito com adolescentes tendo relações sexuais e tudo, e lógico que a gente tem uma lei de proteção da infância e adolescência... Mas, inclusive a gente tá agora com uma política do governo de prevenir a gravidez precoce e pregar a abstinência sexual, e que assim é totalmente irreal..." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> "A sexualidade na adolescência... é vista também com maus olhos… como se o adolescente não tivesse controle sobre seus atos e que precisa que a sociedade o controle, meio que cerce os direitos sexuais dele né... Eu acho que a sexualidade na adolescência também precisa ser mais debatida e mais trabalhada, para que a gente conheça mais como é que é, e saiba garantir os direitos sexuais dos adolescentes também." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> "(...) o que precisa muito se ter ainda, que eu acho que não tem, é a educação sexual, pra que ele consiga ter práticas de uma forma saudável, de uma forma respeitando seu corpo… seu desenvolvimento..." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> "(...) a sociedade ainda nega muito isso porque acha que se falar sobre sexo com adolescentes é se incentivar que eles façam né, especialmente nesse contexto em que estamos regredindo nesse tema, de se entender que não se pode fazer a educação sexual nas escolas. Muito pelo contrário, tem que ser feito, primeiro porque tem muitos pais que não sabem como fazer isso, não se sentem confortáveis, segundo porque grande parte dos abusos sexuais acontecem em casa, e terceiro porque é importante que a criança e o adolescente saibam que a sexualidade existe, é normal..." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> "(...) eles vão muito pela curiosidade e pela falta de conhecimento também. Como eles não têm um espaço seguro para às vezes conversar e tirar todas as dúvidas..." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

Analisando mais de perto as singularidades das concepções e representações sobre a sexualidade na adolescência nos dois espaços institucionais aqui abarcados, pode-se apreender que no âmbito do serviço de proteção os discursos são construídos apoiados numa perspectiva de direitos humanos, isto é, de reconhecimento e defesa dos direitos sexuais dos/as adolescentes. Já no terreno da responsabilização, a temática é elaborada com base em fundamentos mais restritos e deterministas, visto que predominantemente assentados em argumentos biológicos, e neste sentido, distanciando-se do entendimento da sexualidade como um fato social.

Ainda sobre as representações sobre a sexualidade na adolescência, durante o grupo focal realizado somente com os/as profissionais do sistema socioeducativo, foi abordada a percepção deles/as sobre as semelhanças e diferenças de vivências da

sexualidade na adolescência entre os/as socioeducandos/as atendidos/as e os/as profissionais participantes, os/as quais relataram identificar que hoje os/as socioeducandos/as possuem mais acesso à informação, mais diálogo entre pares e mais liberdade por parte dos/ das responsáveis para o exercício da sexualidade do que vivenciaram em suas histórias passadas, acenando para uma retórica de liberalização sexual na contemporaneidade e de repressão nos tempos idos. Contudo, também indicaram que, assim como no passado, ainda persiste a dificuldade dos/as adultos em dialogar sobre a temática com os/as adolescentes, ressaltando ainda que as conversas/ atividades sobre sexualidade, quando ocorrem são predominantemente marcadas pelo viés punitivo e negativo, isto é, atreladas às consequências indesejáveis da relação sexual, como IST's e gravidez, conforme exemplos:

> "Hoje em dia o pessoal tá começando a vida sexual muito mais cedo né, acho que o acesso à informação, à liberdade que os pais tão dando ou então até a falta de acompanhamento... a gente percebe que eles se soltam mais..." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) mas apesar disso, deles não terem tanta vergonha, tá ficando muito mais vulgar, até por conta da sexualização precoce eles não tem buscado informação muitas vezes da forma certa." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) é muito importante também a gente falar sobre as relações humanas, as relações pessoais. A gente fala muito desse viés do filho, do DST, mas a gente não conversa sobre esse risco '*a relação que você tem é boa? Você se relaciona bem com essa pessoa? Essa pessoa, sei lá, tá te reprimindo de algum jeito? Você se sente respeitada?*', essa questão muitas vezes a gente não conversa né." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) a gente às vezes conversa muito no viés punitivo, no viés: '*não gente, mas perai*'. E acho que certas coisas tem que ser conversadas mais tranquilamente." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Eu acho que o problema todo tá na estrutura familiar, no acompanhamento, acho que começa daí. Se você não tem uma base, dificilmente a gente vai conseguir consertar aquela falha ali, a primária que é o acompanhamento e o aconselhamento dos pais." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Tem que dar um jeito de conseguir conversar sobre isso até saindo um pouco dessa onda de gravidez, da DST, porque acaba que a gente aborda esses assuntos só nesse foco aí." (servidor/a do sistema socioeducativo)

A análise desta parte textual revelou, além disso, a presença de um discurso culpabilizante do/a adolescente em relação à pouca informação/ desconhecimento sobre a sua própria sexualidade, e portanto, a representação do/a adolescente a partir de sua agência enfatizada, representação esta que presume que as orientações necessárias para o exercício da sexualidade devem ser buscadas por ele/ela – adolescente, apesar da dificuldade dos/as profissionais e adultos em dialogar sobre a temática. Ademais, a despeito do reconhecimento pelos/as profissionais acerca da limitação de suas intervenções, e a maior abertura dos/as jovens para falar sobre sexualidade atualmente, a família foi inserida neste discurso culpabilizante, como ator responsável por prover orientações e educação sexual, de modo a prevenir as já referidas consequências indesejadas da vivência da sexualidade pelos/as adolescentes.

Neste ínterim, todos/as os/as profissionais entrevistados/as – do serviço de proteção e de responsabilização – afirmaram que a prática da sexualidade em condições ideais pressupõe acesso a informações e serviços em saúde sexual e reprodutiva, como educação sexual na escola e garantia de atendimento especializado nos serviços de saúde para planejamento familiar e prevenção de doenças. Além disso, ressaltaram a importância do diálogo aberto sobre a sexualidade com crianças e adolescentes nos espaços de vivência como a comunidade, e o domicílio. Veja trechos:

> "Condições ideais? *Uai*, difícil. Seriam pessoas que desde a infância estão sendo educadas a respeito de seu corpo, de acordo com a própria idade e etc, que aí chega na adolescência e aí tá sendo educada também, tá falando é...sobre todas as possibilidades e riscos também desse exercício... E aí a pessoa estando esclarecida minimamente, pode tomar melhores decisões. (...) e aí dar condições também pra que esse esclarecimento ocorra... que as orientações sejam colocadas em prática também né, porque, por exemplo a pessoa é orientada a usar preservativo mas não tem acesso a preservativo." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Primeiro, informação. Informação é poder, é direito, então eu acho que a informação não chega aonde ela tem que chegar, isso desde criança até adulto... Eu acho que discutir isso nos espaços de vivência, principalmente das crianças e adolescentes, em escolas ou em outros espaços que eles se inserem, como futebol e outras coisas assim né..." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> “(...) é importante que a criança tenha bons vínculos afetivos desde sempre... ter orientações mais amplas sobre o corpo dela... sobre relacionamentos. E à medida que ela for crescendo vai adquirindo outros conhecimentos, e aí sim ter conversas mais avançadas para que algum momento se fale mais abertamente sobre o sexo mesmo. Porque eu entendo que... quando existe um tabu sobre sexo e sexualidade, é até mais difícil das pessoas viverem sua sexualidade da forma mais saudável.” (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> “(...) de uma liberdade de poder dialogar e falar sobre isso, ter acesso a informações. Desconstrução de tabus seria o ideal. É isso.. *ah*! O acesso a educação sexual no lar, na escola, em todos os ambientes possíveis, nos grupos de pares também.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

> “(...) eu acho que primeiro é ter lugares que se sinta seguro para conversar sobre, para saber sobre, sem julgamentos, pra poder perguntar qualquer coisa a respeito da sexualidade em si.” (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> “(...) pra conseguir essas condições ideais é preciso ter muito estudo ainda sabe? Eu acho que a gente hoje ainda tá num nível muito básico assim, enquanto sociedade, de diálogo sobre isso... Eu acho que pra chegar no nível ideal ainda precisa ultrapassar esse debate e entender: sim existe sexualidade na adolescência, eles têm direitos sexuais sim. E a partir daí conseguir pensar como garantir esses direitos de acordo com a fase de desenvolvimento do adolescente né.” (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

Importante notar que os/as profissionais percebem o tema da sexualidade como um tabu na sociedade e que a possibilidade de superação e desmistificação desses tabus deve ocorrer por meio de diálogo e educação sexual. Todavia, especialmente no âmbito da socioeducação, não houve menção espontânea sobre o próprio serviço de que fazem parte dever ser lócus privilegiado de diálogo e promoção de educação sexual, sugerindo presumir que a educação sexual ora é tarefa preponderante do espaço escolar, ora do domiciliar. Neste aspecto, quando se colocou em pauta as intervenções em sexualidade dentro do serviço de execução das medidas socioeducativas de meio aberto, os/as profissionais direcionaram o discurso para a argumentação da existência de dilemas sociais e culturais – como despreparo familiar, cultura machista e adultização de adolescentes, entre outros – que precedem a chegada do/a adolescente ao serviço e que representam empecilhos para a atuação profissional, revelando, desta forma, um sentimento de incapacidade para intervir pedagogicamente em questões que constituem a sexualidade como um fenômeno social, tendo em vista as contradições e complexidade dos fenômenos. Seguem algumas falas:

> “E aí a gente vê muito despreparo da gente enquanto profissional e dos pais também, enquanto cuidadores.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

> “(...) eu acho que tem essa questão da falta de preparo da gente mesmo, de um treinamento específico, de algo assim. Eu acho que tem muito a questão da nossa cultura também né? (...) eu acompanhava um menino de 14 anos que já tinha dois filhos e ele contava super vantagem assim, falando e tal. Ele não tinha noção assim do que poderia acontecer com ele, da responsabilidade que é ter dois filhos numa idade tão novinha. Essa questão mesmo que a gente tem na nossa cultura dos meninos assim, quanto mais eu pegar quanto mais sexo fizer melhor... E aí assim, tem muito disso assim, de características de educação e de pensamento que são muito antigos e talvez a gente esteja reproduzindo né, não tem uma mudança...” (servidor/a do sistema socioeducativo)

Ainda em relação às dificuldades percebidas, vale ressaltar a referência à falta de capacitação específica para trabalhar a temática da sexualidade, especialmente os receios quando se trata de violência sexual supostamente sofrida pelo/a adolescente atendido/a ou familiar:

> “(...) o que me incomoda muito é esse fato de rede. Porque, por exemplo, uma situação muito séria da gente ter conhecimento de um provável abuso e a gente fez os encaminhamentos, mas assim, que tipo de amparo que a gente tem? Talvez a gente até fosse chamada para depor, então assim, eu acho que é extremamente complexo e ao mesmo tempo super cotidiano na vida da gente.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

> “Aí a gente não tem esse preparo mesmo né, e a gente fica louco sem saber pra onde você vai encaminhar isso, com quem que você fala, como é que é a forma...” (servidor/a do sistema socioeducativo)

Apesar das dificuldades relatadas, os/ as profissionais realizam intervenções concernentes à sexualidade por meio de atendimentos individuais ou atividades em grupo, como visitas a centros culturais e exposição de filmes e músicas que ensejam o debate dos conteúdos, e também por meio de encaminhamentos e articulações institucionais junto a serviços especializados. A abordagem pode ocorrer a partir da provocação do/da profissional, isto é, uma intervenção direcionada que pode ter sido previamente planejada, ou a partir do que surge espontaneamente no diálogo com o/a adolescente durante o atendimento.

Percebeu-se que, conforme anteriormente citado, as abordagens estão focadas em orientações sobre prevenção a comportamentos sexuais considerados de risco – como não utilização de camisinha – que, além do mais, por vezes denotam cunho prescritivo e imperativo pelo/a profissional, ou seja, intervenções pouco dialogadas e predominantemente expositivas. Constatou-se ainda que tais intervenções são, muitas vezes, incitadas pelo questionamento se o/a adolescente possui um/a parceiro/a fixo – namorado/a – revelando a noção de que a sexualidade somente/ preferencialmente é alvo de diálogo e intervenção se existe vínculo afetivo formalizado com outra pessoa. Desta percepção, abstraem-se duas presunções eufemísticas fortemente presentes nas estratégias típicas de construção simbólica e nos discursos sobre a sexualidade – principalmente quando se trata da adolescência: que o exercício da sexualidade só deve ocorrer quando há relacionamento manifesto e estável entre duas pessoas, e que só se é autorizado a abordar o tema caso exista vínculo entre um casal. Trata-se de uma forma de dissimulação para obscurecer ou desviar as relações e processos referentes ao exercício da sexualidade fora do padrão normativo, isto é, não conjugal – heterossexual – monogâmico – adultocentrado – romantizado.

Também ocorrem intervenções em outros assuntos relacionados, como vivência de relação afetiva-sexual com outra pessoa, machismo e relações de gênero, violência doméstica, orientação sexual, e masculinidade. Veja:

> "(...) essa questão do exercício da sexualidade principalmente na ideia da preservação das IST's, o que eu acho que a gente acaba se restringindo a isso... é difícil a gente ter um plano de ação...e você planejar como é que você vai abordar não simplesmente somente pelo lado dos riscos, que eu acho que acaba muitas vezes a intervenção se restringe a isso né. '*você não pode ter, como que é*? *Você tem que transar com camisinha, você tem que... não pode ter gravidez, você tá tomando anticoncepcional*? V*ocê pode pegar uma doença*', etc. É difícil a gente sair disso." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Normalmente é algo que a gente traz a tona... Então a gente acaba forçando um pouquinho também esse tema. Às vezes numa orientação sobre saúde, a gente puxa o gancho pra perguntar se tá se cuidando, se tem um namorado ou uma namorada né, os meios de acesso aos programas de sáude... a questão normalmente de homofobia, de machismo a gente trabalha muito em grupo, a gente tenta trabalhar mais em grupo né, pra ficar uma visão mais ampla... Muitas vezes aparece durante todo o acompanhamento, outras vezes a gente traz tendo com base os eixos do SINASE de atendimento." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Em questões mais gerais de saúde e tudo, a gente faz mais a sensibilização, orientação. A gente já chamou o Sabin [Laboratório Sabin] aqui pra fazer algumas palestras... a gente acessa muito o CEAM [Centro especializado de atendimento à mulher]... tem o NAFAVD [Núcleo de atendimento às famílias e aos autores de violência doméstica]. E quando é uma demanda de atendimento ginecológico ou de algum exame muito específico a gente faz o encaminhamento institucional." (servidor/a do sistema socioeducativo) – **grifos da autora**

> "(...) a gente puxa um pouco esse assunto né, sobre quando pergunta pro adolescente se ele tá namorando, ou se já ficou ou fica com alguém. Acaba que a intervenção ela é um pouco na área da saúde, da DST, na prevenção da DST e à gravidez indesejada... pode se falar também que essa intervenção acontece quando a gente fala de gênero, das relações homem e mulher que perpassam a sexualidade, a gente às vezes discute sobre isso. Acho que ainda pode melhorar muito, mas de alguma forma isso tem acontecido também." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Geralmente a gente pergunta '*você tem namorado ou namorada?*', mas eles não fazem isso. Essa questão se eles gostam de pessoas do mesmo sexo, eu acho que eles têm muita dificuldade de falar pra gente." (servidor/a do sistema socioeducativo)

O fenômeno da violência sexual sob prismas

O segundo eixo central da pesquisa refere-se à violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, sendo o adolescente a quem se atribui a autoria de violência sexual nosso foco neste trabalho[5]. Faz-se notar que, de acordo com diversas pesquisas disponíveis (CODEPLAN,2013; SDH, 2011; SDH, 2012; MDH 2018), a violência sexual é um ato de menor incidência no sistema socioeducativo, todavia muitas vezes causa grande impacto na sociedade e nas equipes de atendimento, tendo em vista a dificuldade de compreensão deste complexo fenômeno.

No serviço socioeducativo, ao se referirem a/ao socioeducando/a que cometeu alguma violência sexual, os/as profissionais evidenciaram em suas falas, de súbito, uma diferenciação em relação aos/as socioeducandos/as que cometeram atos infracionais de outros tipos – como roubo e tráfico de drogas, isto é, há a presença de um discurso de identificação do/a adolescente pelo ato infracional. Ao mesmo tempo, o/a adolescente

[5] Faz-se necessário evidenciar que os dois espaços institucionais – proteção à vítima de violência sexual e responsabilização ao autor – trabalham diretamente com o adolescente ofensor sexual, e não apenas o serviço de responsabilização, como se é esperado, tendo em vista que no atendimento inicial à vítima, ocorrem situações em que crianças/ adolescentes foram vítimas e/ou autores da violência sexual, muitas vezes são sujeitos/as da mesma família envolvidos/as na trama da suposta violência sexual.

autor/a de violência sexual é representado/a a partir do processo ideológico de unificação, mais especificamente de padronização: significa dizer que sua representação simbólica revela a tentativa de delimitação/particularização de um perfil marcado pela ausência de fatores de vulnerabilidade comuns aos/às demais socioeducandos/as, por exemplo exclusão/atraso escolar e uso de drogas. Além disso, o ato infracional de natureza sexual é visto como mais difícil de intervir que os demais.

Os/as profissionais apontaram que comumente o/a adolescente autor/a de violência sexual nega a ocorrência do ato infracional e tem dificuldades de conversar sobre o assunto, assim como seus responsáveis, que muitas vezes desacreditam o ato infracional e acabam demonstrando atitudes de superproteção. Ainda, mencionaram exemplos em que avaliaram que o ato foi uma situação pontual na vida do/a adolescente, num contexto de descoberta/ iniciação sexual. Percebem que, em todos os casos, o ato traz como consequência um forte estigma, impactando negativamente a autoestima, fragilizando e até rompendo as relações comunitárias, e que a questão religiosa da família às vezes é um fator complicador no processo de atendimento socioeducativo porque intimida intervenções sobre questões de sexualidade, conforme trechos:

> "(...) tinham perfil totalmente diferente dos demais adolescentes, que eles trazem ausência de contexto de risco, no sentido de uso de droga, não usavam drogas, todos estudavam, tavam com a idade série regular, e... negavam a prática do ato infracional..." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "(...) perfil que eu observei... são meninos que normalmente estão todos organizados a vida dele, no que a gente faz aqui, seja documentação, inserção escolar, seja de não ter envolvimento com tráfico, enfim..." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "O adolescente que muitas vezes é agressor sexual, ele não tem o perfil normal que a gente atende né, então são meninos muitas vezes com escolaridade na faixa, que tem todos os documentos... no caso que eu peguei, a família superprotege '*não, meu filho nunca faria isso*'." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "(...) ele teve que sair fugido da comunidade onde vivia porque senão vão matar, porque todo mundo sabe o que ele fez, quem ele é..." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "(...) um que eu atendi por exemplo, era muito tímido, tinha muita vergonha de falar sobre a vida sexual dele, inclusive. E era algo que se estendia também em casa, a mãe dele muito religiosa, que não falava, ele

> nunca soube dizer o que aconteceu." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) esse adolescente, a família dele é bastante religiosa, a mãe dele é muito fervorosa, crente. Era um assunto difícil pro adolescente também, ele não podia ficar com meninas e etc." (servidor/a do sistema socioeducativo)

No serviço de atendimento à vítima, os/as profissionais construíram representações sobre o/a adolescente autor de violência sexual partindo de aspectos sociais e culturais que estão implicados no fenômeno da violência sexual, como a ausência de diálogo na família e na sociedade como um todo sobre o exercício da sexualidade pela criança/ adolescente; o estigma que marca o adolescente que cometeu a violência sexual; e fatores como transtornos psíquicos, vivência em contextos violentos e a consequente naturalização e reprodução da violência, segundo trechos:

> "E às vezes de botar essa pessoa que cometeu como se fosse um monstro. Geralmente alguém cometeu algo que foge das coisas, todo mundo é psicopata, todo mundo é pedófilo, a gente sempre põe assim, e com o tempo você vai vendo que não é isso, não é bem por aí... tem várias outras nuances." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

> "(...) é obvio que existe o transtorno, não se pode generalizar. Mas eu entendo que muitas vezes um adolescente que cometeu um ato de violência sexual está em contexto de violência, não necessariamente de violência sexual... é que muitas vezes existe mesmo uma naturalização... Muitas vezes o adolescente já passou por isso ou por situações parecidas, ou outras situações de violações de direitos, e ele acaba reproduzindo." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

Acerca do funcionamento das medidas socioeducativas para atendimento ao/a adolescente a quem se atribuiu autoria de violência sexual, os/as profissionais citaram ações e estratégias que costumam realizar durante o acompanhamento socioeducativo desses/as jovens, como: encaminhamento para serviço especializado para atendimento de ofensores sexuais; oferta de palestras por parceiros da rede intersetorial sobre cuidados básicos em saúde por exemplo prevenção à IST's e gravidez indesejada, bem como sobre violência doméstica e relações de gênero – dentre outros temas; atendimento com responsáveis e socioeducando/a para identificação e intervenção em dinâmicas familiares conflituosas; e levantamento de demandas relacionadas à escolarização, profissionalização e uso de drogas, com os devidos encaminhamentos

para matrícula escolar, cursos de capacitação profissional e inclusão na rede de atenção psicossocial da saúde para uso de drogas – quando necessários.

Chama a atenção mais uma vez a referência dos/as profissionais sobre o foco do acompanhamento estar predominantemente situado na inserção social por meio da inclusão escolar e em programas socioassistenciais, e no âmbito da saúde, o foco é a prevenção ao uso de drogas e, às vezes, prevenção às consequências biológicas da relação sexual desprotegida, como infecção por IST ou gravidez indesejada. Outras questões relacionadas ao exercício da sexualidade como a respectiva violência sexual supostamente cometida, o consentimento nas relações sexuais, relações de poder e as relações de gênero, e legislações afeitas à sexualidade – entre tantas outras – por exemplos, geralmente não são abordadas ou são superficialmente tocadas. Seguem alguns trechos exemplares:

> "(...) a gente puxa um pouco esse assunto né, sobre quando pergunta pro adolescente se ele tá namorando, ou se já ficou ou fica com alguém. Acaba que a intervenção ela é um pouco na área da saúde, da DST, na prevenção da DST e à gravidez indesejada." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "(...) gênero, das relações homem e mulher que perpassam a sexualidade, a gente às vezes discute sobre isso né. Acho que ainda pode melhorar muito." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "(...) a gente acabou mandando relatório de extinção da medida e nada foi feito [sobre o ato infracional]" (servidor/a do sistema socioeducativo) – **grifo da autora**
>
> "(...) hoje em dia existe muito o trabalho punitivo ainda, a partir do momento que você não educa, você só pune, você não tá ensinando o porquê dele não fazer isso, e as consequências de verdade, ele só é punido e pronto." (servidor/a do serviço de proteção à vítima)
>
> "(...) eu abordei muito superficialmente, não trabalhei isso... nada diretamente relacionada ao ato infracional." (servidor/a do sistema socioeducativo)

Vale destacar também, uma importante contradição presente nos discursos sobre a dificuldade de conciliar a atenção às demandas sociais às questões da sexualidade e da violência sexual no processo de acompanhamento socioeducativo, tendo em vista o que foi descrito anteriormente sobre a percepção dos/as profissionais acerca do perfil do/a

socioeducando/a autor de violência sexual: ele/a é apresentado/a como um/a adolescente que comumente não carece de atenção e encaminhamentos nos âmbitos da escolarização, profissionalização e uso de drogas, e ao mesmo tempo, segundo os/as profissionais, não há um planejamento, nem espaço para abordar questões em torno do exercício da sexualidade, conforme abaixo:

> "(...) essa questão do exercício da sexualidade principalmente na ideia da preservação das IST's, o que eu acho que a gente acaba se restringindo a isso porque é na verdade a correria da vida né, porque assim, é difícil a gente ter um plano de ação nas coisas acontecendo, você tendo que resolver um monte de coisa ao mesmo tempo." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Esse é o problema, acaba que às vezes a gente vai deixando, se a coisa não tá dando problema a gente vai deixando a pessoa correr solta ali." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) a gente vai abordando conforme as coisas surgem no atendimento, nada planejado." (servidor/a do sistema socioeducativo)

A despeito do aparente vácuo substancial, os/as profissionais relataram que ocasionalmente têm buscado referências epistêmicas com pesquisadores/as e profissionais especializados/as em assuntos sobre sexualidade na adolescência e violência sexual, e também realizado estudos de caso interdisciplinares internamente (com a equipe socioeducativa da unidade) e com a rede de instituições do sistema de garantia de direitos, como forma de inspiração para construção de intervenções socioeducativas para cada caso.

Ponto muito destacado nas entrevistas e no grupo focal diz respeito a uma prática corriqueira na imposição de medida socioeducativa de meio aberto no contexto do sistema judiciário do DF, que é a remissão judicial[6]. A esmagadora maioria dos processos vinculados às medidas de PSC e LA é aplicada em sede de remissão, e diante deste contexto, os/as profissionais sinalizam objeção em intervir sobre o tema do ato

[6] Trata-se de instrumento jurídico constante na Lei 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 114; 126 a 128; 148 inciso II; 180 inciso II; 181 a 182; 186 parágrafo 1º; 188; 201 inciso I), que permite a imposição de medida socioeducativa sem a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, isto é, conforme art. 127 "*a remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade*". Neste sentido, a medida socioeducativa pode ser aplicada sem a comprovação da ocorrência do ato infracional, acarretando empecilhos para o processo de responsabilização.

infracional supostamente cometido, quando o/a adolescente – e a família – nega a autoria, isto porquê os/ as profissionais entendem que, no caso da violência sexual, a devida execução da medida socioeducativa pressupõe a comprovação jurídica do ato infracional, desta forma, revelando significativa dificuldade para vislumbrar e construir estratégias educativas que tratam de um tema escuso – a violência sexual, conforme trechos:

> "Eu acho que antes de tudo tem um pequeno problema que é a tal remissão." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "(...) na verdade eu falei muito pouco do ato, a partir do momento que eles afirmavam categoricamente que esse ato não tinha acontecido, e eu não tenho como dizer, realmente eles não passaram por um processo judicial de determinação de culpabilização né. Então aí eu tentei durante a medida ter esse viés mais de inserção social, de garantia de direitos, muito pouco de responsabilização, não responsabilizei por nada." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "(...) mas não é meu papel aqui também [saber se o adolescente cometeu ou não a violência sexual]." (servidor/a do sistema socioeducativo) – **grifo da autora**
>
> "(...) a gente conhece o agressor, muitas vezes não conhece a vitima, e a às vezes a gente toma um lado e que às vezes acaba prejudicando o trabalho e o adolescente que tá sendo atendido muito mais do que ajudando." (servidor/a do sistema socioeducativo)
>
> "Você fica sem ter abertura para poder conversar, você sente que não tem acesso ao processo todo pra gente ver tudo o que aconteceu, então dificulta mais ainda, porque aí a gente não tem como contestar, assim, fica a palavra dele e aí não tem nada, e aí fica muito no ar." (servidor/a do sistema socioeducativo)

Parece que, assim como o tema do exercício da sexualidade na adolescência, a violência sexual carece de autorização para ser abordada, mesmo no atendimento a/ao suposto/a autor/a, e ainda, que o interdito exerce a função de dissimular o fenômeno como forma de desumanização do/a autor/a e descredenciamento de âmbitos do saber/ profissionais não especializados. Ou seja, só se pode falar da violência sexual sob o ponto de vista jurídico e/ou médico, áreas que possuem domínio legítimo sobre a criminalidade e a patologia moral – tal noção é ilustrada nas falas dos/as profissionais, de que os/as adolescentes vinculados/as às medidas socioeducativas por violência sexual são quase que automaticamente encaminhados para o serviço de saúde

especializado (PAV) ou aconselhados a aderirem ao acompanhamento psicoterapêutico em outro espaço institucional que não a unidade de atendimento socioeducativo. Neste contexto, fica o questionamento: que ações estão sendo realizadas pelas equipes no sistema socioeducativo particularmente para o/a adolescente a quem se atribuiu autoria de violência sexual?

Posto este adverso cenário na execução da medida à referida tipificação penal, cabe expor alguns princípios, condutas e objetivos destacados por profissionais dos dois espaços institucionais aqui alcançados, a serem contemplados na construção de estratégias socioeducativas de acompanhamento, a saber: separação do julgamento moral pessoal da intervenção profissional; abstração do viés punitivo; não cerceamento do exercício da sexualidade; não estigmatização; entendimento da situação de vulnerabilidade do ofensor; atuação em parceria com a rede intersetorial; identificar cadeia de relações/ fatores motivadores do ato infracional; realizar discussões sobre sexualidade, relações de gênero, histórico de vida e violências sofridas com o/a adolescente e família; atender em parceria com outros/as profissionais da equipe; realizar atividades de educação sexual e desconstrução/ desmistificação de tabus; focar no acompanhamento psicológico e/ou sensibilizar para a importância do acompanhamento psicoterapêutico; intervir sobre o trauma advindo do ato infracional com o/ a adolescente e família; e mobilizar o pertencimento comunitário.

Nota-se que, apesar de não existir ainda diretrizes teóricas e metodológicas para a problemática aqui analisada, há um esforço dos/as profissionais em explorar uma variedade de referências epistêmicas como forma de inspiração para apreensão do fenômeno e intervenção profissional. Tal empenho parte do reconhecimento das lacunas na formação profissional, e também da influência de valores tradicionais e das culturas patriarcal, machista e adultocêntrica estruturantes da nossa sociedade. A partir disso, realizou-se um levantamento das impressões dos/as profissionais sobre as suas próprias limitações e os reveses institucionais que obstaculizam o devido atendimento socioeducativo aos/as adolescentes autores de violência sexual, de acordo com os trechos:

> "(...) uma falta de abertura nossa também né, a gente sentar e conversar de forma mais tranquila." (servidor/a do sistema socioeducativo)

“A gente não tem esse preparo mesmo né, e a gente fica louco sem saber pra onde você vai encaminhar isso, com quem que você fala, como é que é a forma, eu particularmente fico muito receosa nisso.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“A questão da violência sexual é algo que sempre mexeu muito comigo assim, não sei se pelo lugar de mulher...” (servidor/a do serviço de proteção à vítima)

“O crime sexual mexe mais com as nossas morais...” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“(...) é difícil conversar sexualidade na frente da mãe, e ainda crente [evangélica].” (servidor/a do sistema socioeducativo) – **grifo da autora**

“Não consegui abordar muitas vezes porque o menino nem gostava de entrar muito no assunto.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“(...) como é que você faz? Assim, de verdade era uma coisa que me deixava bem agoniada... Porque a gente se via assim, não tinha outras alternativas.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“(...) muito ainda é o tabu da sexualidade, não se fala sobre isso, a gente não consegue falar.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“É uma coisa que a gente não discute na faculdade, eu acho que a gente nunca se aprofunda sobre isso, porque sempre parece uma realidade muito distante.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“(...) aí você não tem tanta experiência, você não tem tanta leitura, e acaba que esse negócio que eu falei, da pessoa ela ficar se preocupando com a reincidência... é um negócio que você fica louco.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“(...) faltando esse referencial [sobre a violência sexual], isso daí eu acho que até atrapalha também nesse sentido, na segurança que você tem ali na hora do atendimento.” (servidor/a do sistema socioeducativo) – **grifo da autora**

“Eu acho que a gente precisa de mais instrumentalização pra esse tipo de situação. Acho que a gente precisa falar sobre isso mais na Secretaria... Eu acho que não se conversa sobre isso.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“(...) é uma dor que tá no inconsciente coletivo de alguma forma, então é uma questão que pesa tanto pras mulheres... às vezes também uma moral que não permite, que não consiga sair dessa dor coletiva, isso pode ser um impedimento.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

“Eu particularmente... não tive uma conversa aberta, uma formação em buscar na escola. Na minha família sempre foi um tabu. É uma questão cultural, no meu caso.” (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "(...) talvez falte planejamento de intervenção, um *quadrozinho*, uma grade de intervenções... ainda falta sentar e organizar *direitinho*." (servidor/a do sistema socioeducativo)

> "Uma das coisas que é uma preocupação também é a questão da intimidade mesmo, de não invadir a intimidade do outro." (servidor/a do sistema socioeducativo)

Em resumo, os/as profissionais afirmam um discurso repressivo da sexualidade, cujas questões não são tratadas devido constrangimentos morais e desconhecimento, como se abordar assuntos e construir intervenções correlatas implicam autorização e saberes especializados. Tal discurso revela ainda uma apreensão restrita da sexualidade e da violência sexual, à medida que relega as relações sociais que constituem o exercício da sexualidade, como o próprio fato de não se – querer – tratar explicitamente dessas questões, sem notar a função desses interditos na reprodução dos enquadramentos sexuais. Dito de outro modo: reafirmar tabus e moralismos pode representar certa omissão do dever pedagógico de promover ressignificação de valores para autonomia e para atitudes saudáveis, no campo das intervenções profissionais com crianças e adolescentes.

Cabe destacar que o esforço das equipes socioeducativas em reconhecer os entraves e buscar formas de intervir junto a/ao adolescente autor/a de violência sexual, tem produzido tímidos avanços no acompanhamento dos/as adolescentes, tendo em vista que se constitui de modo independente, ocasional e assistemático, ou seja, tão marcantes descontinuidades metodológicas desfavorecem a apreensão ampliada do fenômeno e a contribuição da medida socioeducativa no enfrentamento da problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo captar as percepções acerca do fenômeno da violência sexual e conceitos correlatos como adolescência e sexualidade, que possuem os/as profissionais que executam medidas de responsabilização para adolescentes em conflito com a lei – sistema socioeducativo do Distrito Federal – e profissionais que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual – Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio. Além disso, buscou-se identificar estratégias socioeducativas de intervenção realizadas pelos/as referidos/as profissionais no processo de execução de medidas socioeducativas com adolescente a quem se atribui autoria de violência sexual, e suas limitações teórico-metodológicas. A pesquisa foi realizada por meio da realização de entrevistas individuais semiestruturadas e grupo focal com os/as servidores/as dos dois espaços institucionais envolvidos, tendo a Análise de Discurso Crítica (ADC) como base para o tratamento e interpretação dos dados gerados e coletados.

Acerca da adolescência, percebeu-se a presença majoritária de discursos que afirmam regularidades e características estereotipadas do desenvolvimento, situando-a numa linha entre a vida infantil e adulta, e revelando representações baseadas em marcadores biológicos e seus desdobramentos sociais, por vezes associados a situações de risco – com exceção de um/a servidor/a do serviço de proteção à vítima que exprimiu a adolescência como um fenômeno social historicamente construído para fins de normatização/ classificação de um período etário da vida. Logo, pode-se afirmar que até em serviços especializados, a noção de adolescência ainda está fortemente atrelada ao conceito de puberdade e a correntes biologizantes do desenvolvimento humano que desconsideram ou menosprezam sua multiplicidade de fatores e aspectos sociohistóricos e culturais.

Verificou-se uma tendência semelhante nas referências à sexualidade na adolescência pelos/as profissionais do sistema socioeducativo, tendo em conta a ênfase nas perspectivas essencialistas que identificam o sexo como uma força natural que existe anteriormente à vida social (RUBIN, 2003), e nesta linha, o exercício da sexualidade é expresso por meio da naturalização dos desejos, da orientação sexual e da capacidade para a relação sexual com outro indivíduo, na contramão das abordagens históricas (e pós-estruturalistas) que negam a pré-existência dos desejos como entidades biológicas, e por consequência, a compreensão da sexualidade em termos

dominantemente biológicos. Além disso, identificou-se a presença dos discursos religioso (cristão) e punitivista na raíz dos interditos e indiferenças que coíbem diálogos e intervenções sobre a sexualidade com não adultos/as, e por vezes, com adolescentes que não expressam relacionamento afetivo estável, assim como, quando não censurados, a abordagem é sustentada por uma representação de ameaça e risco, ou seja, o foco são as consequências não desejáveis/ negativas do exercício da sexualidade como ocorrência de IST's e gravidez indesejada. Necessário evidenciar que não houve menção a qualquer tipo de abordagem que assente valores em torno do exercício da sexualidade como essencialmente benéfico e vitalizante.

Por outro lado, os/as profissionais do serviço de proteção à vítima apresentam um olhar mais ampliado e crítico da sexualidade na adolescência, à medida que a afirmam como um direito humano presente em toda a vida, revelando assim filiação ao discurso dos direitos sexuais, e ao reivindicar atenção aos prejuízos causados pela suposta repressão social à sexualidade na infância e adolescência, desaprovam as perspectivas moralista e negacionista. Dentre tais prejuízos, a violência sexual é compreendida como um comportamento decorrente de transtorno psíquico, na menor parte dos casos, e como um fenômeno social que está implicado em relações de poder e contextos social/ familiares violentos e desiguais.

No sistema socioeducativo, a violência sexual é apreendida preliminarmente como ato infracional, e não como fenômeno social. Neste sentido, percebeu-se a tendência em construir um perfil do/a adolescente ofensor/a sexual para, a partir daí, buscar intervenções alternativas. Este perfil é captado com base na diferenciação do/a socioeducando/a autor/a de violência sexual em relação aos/às demais socioeducandos/as vinculados/as por outros tipos penais – que não os de natureza sexual –, e representado/a como anormal no universo socioeducativo, haja vista que, pela percepção dos/as profissionais, geralmente não demanda intervenções no âmbito socioassistencial, e portanto, não se enquadra no público típico do sistema socioeducativo cujas representações estão no campo da pobreza e marginalização social. Pode-se inferir, então, que a compreensão da violência sexual ainda se encontra bastante afinada com o ideário positivista do crime/ delito enquanto afirmação de sinais – físicos, sociais, antropológicos, familiares... – caracterizadores do ato infracional e da criminalidade.

Seguindo esta lógica, os/as profissionais, fundamentados/as pelo enquadramento da sexualidade e da violência sexual como fenômenos para os quais as intervenções carecem de conhecimentos e técnicas muito especializadas, realizam atividades pontuais e superficiais na unidade socioeducativa, e fazem encaminhamentos para serviços especializados na área jurídica ou da saúde. Desta maneira, parece haver uma estratégia socioeducativa consolidada e predominante de evitação da possibilidade de construção de novas zonas de sentido com os/as socioeducandos/as, isto é, de ressignificação da sexualidade e do ato infracional de natureza sexual supostamente cometido.

Importante ressaltar que a cultura institucional de esquiva e a reprodução dos discursos negativistas sobre a sexualidade são partes do enredo de aprofundamento das ideologias sexuais repressivas e moralistas, que desempenham papel fulcral nas vivências e no exercício da sexualidade dos indivíduos, e que fortalecem as estratégias de regulação e controle autoritário e rígido da sexualidade.

Isto posto, é imprescindível que as estratégias educativas em socioeducação sejam informadas pelas perspectivas radicais da sexualidade, as quais visam identificar, explicar e denunciar os sistemas de opressão operados pelos dispositivos da sexualidade, no lugar das tradições modernas, restritivas e biologizantes do sexo, que nas relações desiguais de poder da sociedade ocidental têm moldado comportamentos e crenças sexuais. Ainda, faz-se necessário promover reflexões na ótica dos direitos sexuais e da sexualidade adolescente como vivência legítima do sujeito, problematizando a tensão entre tutela e autonomia, e por último, mas não menos importante, situando a temática transversalmente no acompanhamento socioeducativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. M., & LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. (2010). *Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo*. Educação em Revista, 26(3), 169-193.

FERNANDES, E. ; MARTINS, A. P. A. *Conceitos para pensar sobre política sexual no direito brasileiro*. In: Eder Fernandes Monica; Ana Paula Antunes Martins. (Org.). Qual o futuro da sexualidade no Direito? 1ed.Rio de Janeiro: Bonecker Editora, 2017, v. 1, p. 19-46.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanalise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069 de 12/07/1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em 13/05/2020.

_____. Lei Federal n. 12.594 de 18/01/2012. *Institui o Sistema Nacional Socioeducativo*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acessado em 12/09/2019.

_____. *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017*. Boletim epidemiológico 27, volume 49, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, Junho/ 2018.

_____. Decreto-Lei no 2.848, de 07/12/1940. *Código Penal*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acessado em 13/05/2020.

_____. *Lei Federal 12.015 de 07/09/2009*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acessado em 13/03/2020

_____. *Levantamento Anual SINASE 2015.* Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

_____. *Levantamento Nacional – Atendimento Socioeducativo do adolescente em conflito com a lei 2011*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2012.

_____. *Levantamento Nacional – Atendimento Socioeducativo do adolescente em conflito com a lei 2010.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2011.

BOTTON, Fernando Bagiotto. *A construção discursiva dos sexos e da sexualidade na modernidade a partir de Butler e Foucault*. Periódico Bagoas, n. 13, 2015, p.177-193,

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9654/6896. Acessado em 13/05/2020.

BUSIN, V. M. *Religião, sexualidades e gênero*. Rever, ano 11, n.01, Jan/Jun 2011.

CODEPLAN. Perfil e percepção social dos adolescentes em medidas socioeducativas do Distrito Federal. Brasília: GDF, 2013.

CONANDA. *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.* Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Brasília, DF, Maio/ 2013

CONANDA**.** Resolução n. 119/2006. *Dispõe sobre o sistema nacional socioeducativo*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Adolescente – Brasília, DF, Dezembro/2006.

COSTA, L. F.; MOURA, M. G. *Profissionais atendem adolescentes ofensores sexuais: da repulsa à esperança*. Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, 12 (1), Jan/ Jul 2011.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. /Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011[1979].

_____, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

_____, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____, *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma*. Revista Serviço Social e Saúde Volume 2 nº 01 (2003). Campinas/ SP.

FERREIRA, M. S. *Sobre crianças, sexopolítica e escrita de si*. Revista Polis e Psique, Vol.6, Porto Alegre, Janeiro/ 2016. FONSECA, Dirce Mendes. Tópicos Epistemológicos da Pesquisa Qualitativa. Brasília, DF: Editora Thesaurus, 2014.

GASKELL, G. *Capítulo 3: Entrevistas individuais e grupais*, In: GASKELL, George; BAUER, Martin W. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi, 7ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GILL, Rosalind. *Capítulo 10: Análise de discurso*, In: GASKELL, George; BAUER, Martin W. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi, 7ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Portaria nº141 de 17/07/2012. *Institui o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violências (PAV)*. Secretaria de Estado da Saúde – Brasília/ DF: 2012.

___. Portaria n. 374 de 20/10/2014. *Torna público o Fluxo de Atividades das Unidades de Atendimento em Meio Aberto do Distrito Federal*. Secretaria de Estado de Políticas para Crianças e Adolescentes (SECRIANCA) – Brasília-DF: 2014.

___. Decreto Distrital nº 34.517 de 11/07/2013. *Institui o Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual do DF*. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/74692/exec_dec_34517_2013.html. Acessado em 13/05/2020.

LIONÇO, Tatiana. *Laicidade, gênero, sexualidade e fundamentalismo cristão no Brasil*. In Plataforma DHESCA. Relatorias em direitos humanos 2012-2014 (pp. 21-33). Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2015

MARKOVÁ, I. *A fabricação da teoria das representações sociais*. Tradução Beatriz Gama Rodrigues e João Kaio Barros. Cadernos de Pesquisa v.47, n.163, Jan/Mar 2017.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Crimes contra a dignidade sexual*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PAULA, Erika Saldanha. *O abuso sexual na família: um estudo sobre o enfrentamento a partir da intervenção institucional.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFBA, 2011.

RESENDE, Viviane. & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, Dayane Silva. *Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Instituto de Psicologia, UnB, 2017.

RODRIGUES, Edimar Edson Mendes. *A cultura punitiva na modernidade tardia: um estudo das racionalidades legislativas do sistema penal brasileiro*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, 2016.

RUBIN, Gayle. "*Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality*" In: Carole S. Vance (org), Pleasure and danger: exploring female sexuality, Boston, Routledge & Kegan Paul, 1984 (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: Políticas do sexo. São Paulo, Ubu, 2017).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista de direitos humanos*. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Tatiana Yokoy. *Processos de desenvolvimento de educadores sociais do sistema de medidas socioeducativas: indicadores de formação* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

VENTURA, Miriam; CORRÊA, Sonia. *Adolescência, sexualidade e reprodução: construções culturais, controvérsias normativas, alternativas interpretativas.* Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22 (7), Julho, 2006.

WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 35-81.

ANEXO I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa "Violência sexual envolvendo crianças e adolescentes: olhares da proteção e da responsabilização", de responsabilidade de Monica Daniele Maciel Ferreira, estudante da Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é identificar as representações sociais, pressupostos epistemológicos e referenciais metodológicos de profissionais do sistema socioeducativo do DF e do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio acerca do fenômeno da violência sexual.

Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas e fitas de gravação, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas e grupo focal, ambos gravados em áudio. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos associados ao cansaço, aborrecimento, desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante a participação em entrevista e/ ou da atividade de grupo focal, alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade.

A pesquisadora tomará os cuidados e seguirá as exigências éticas constantes principalmente nas Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016, de modo a diminuir os riscos associados e evitar a quebra de sigilo dos dados coletados.

Espera-se com esta pesquisa oportunizar espaço de reflexão acerca da temática no espaço profissional, bem como contribuir para a produção de conhecimentos e

metodologias de intervenção, visando a qualificação da atuação de profissionais do Sistema Socioeducativo e do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 – 9 9226 1349 ou pelo e-mail monicadaniele1@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio do envio do relatório final e atividade formativa sobre a questão, a ser construída conjuntamente com a gestão da SEJUS.

Além disso, os resultados poderão ser publicados posteriormente na comunidade científica. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Brasília, ___ de _____de _____

_____ _____

Assinatura do/da participante Assinatura do/da pesquisador/a

ANEXO II

Aceite Institucional para Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

O/A Sr./Sra. nome completo do/da responsável pela instituição, cargo do/da responsável do/da nome completo da instituição onde os dados serão coletados, está de acordo com a realização da pesquisa "Violência sexual envolvendo crianças e adolescentes: olhares da proteção e da responsabilização", de responsabilidade da pesquisadora Monica Daniele Maciel Ferreira, estudante de pós-graduação – Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade, no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM da Universidade de Brasília, realizada sob orientação da profª. Dra. Tatiana Lionço, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. O estudo envolve a realização de entrevistas semiestruturadas individuais e grupo focal, ambos gravados em áudio e transcritos para análise de dados, com os/ as profissionais de psicologia, pedagogia e serviço social atuantes nas unidades de atendimento direto do sistema socioeducativo. A pesquisa terá a duração de 05 meses, com previsão de início em Setembro/ 2019 e término em Janeiro/ 2020.

Eu, nome completo do/da responsável pela instituição, cargo do/da responsável do/da nome completo da instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012* e 510/2016**. Esta instituição está ciente de suas coresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Brasília, de de 2019. Nome do/da responsável pela instituição Assinatura e carimbo do/da responsável pela instituição

* Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

** Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf

ANEXO III

Aceite Institucional para Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes/ Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio

O/A Sr./Sra. nome completo do/da responsável pela instituição, cargo do/da responsável do/da nome completo da instituição onde os dados serão coletados, está de acordo com a realização da pesquisa "Violência sexual envolvendo crianças e adolescentes: olhares da proteção e da responsabilização", de responsabilidade da pesquisadora Monica Daniele Maciel Ferreira, estudante de pós-graduação – Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade, no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM da Universidade de Brasília, realizada sob orientação da profª. Dra. Tatiana Lionço, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. O estudo envolve a realização de entrevistas semiestruturadas individuais e grupo focal, ambos gravados em áudio e transcritos para análise de dados, com os/ as profissionais de psicologia, pedagogia e serviço social atuantes no Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio. A pesquisa terá a duração de 05 meses, com previsão de início em Setembro/ 2019 e término em Janeiro/ 2020.

Eu, nome completo do/da responsável pela instituição, cargo do/da responsável do/da nome completo da instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012* e 510/2016**. Esta instituição está ciente de suas coresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Brasília, de de 2019. Nome do/da responsável pela instituição Assinatura e carimbo do/da responsável pela instituição

* Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

** Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf